



CÂMARA MUNICIPAL  
NOVA LIMA

**PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 189/2024**

INSTITUI O PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO INCENTIVADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Fica instituído na Câmara Municipal de Nova da Lima o **“Programa de Desligamento Voluntario Incentivado - PDVI”**, destinado aos servidores públicos efetivos que, mediante opção expressa, definitiva, irrevogável e sem ressalvas, enquadrem-se em uma das seguintes hipóteses:

I - servidor que conte com mais de 10 (dez) anos de tempo de serviço público na Administração do Poder legislativo, independentemente de sua Idade.

II- servidor com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único - O servidor deverá, como condição para adesão ao PDVI, desistir, com renúncia ao direito em que se funda a sua pretensão, na forma do art. 487, 111, alínea 'c', do Código de Processo Civil, de qualquer ação judicial, em que ainda não tenha havido o trânsito em julgado.

Art. 2º - Não poderão aderir ao PDVI os servidores que:

I - tenham requerido aposentadoria ao INSS em cargo cuja acumulação não esteja prevista no art. 37, XVI e XVII, da Constituição;

II - tenham sido condenados por decisão administrativa em processo disciplinar que tenha imposto pena de demissão, ou judicial já transitada em julgado, que importe na perda do cargo;





CÂMARA MUNICIPAL  
NOVA LIMA

III- - recolhidos ao sistema prisional;

IV- tenham se aposentado em cargo ou função pública e reingressado;

V - estejam afastados em virtude de licença para tratamento de saúde;

VI- que tenham o seu vínculo funcional com o Poder Legislativo de Nova Lima rompido em razão de aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social;

VII - por motivo de aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 210, da Lei Municipal nº 2.590/2017.

Parágrafo único - O servidor que tenha ingressado com requerimento para fins de aposentadoria, desde que ainda não publicada no Diário Oficial da União, poderá participar do PDVI, mediante apresentação de prova formal de desistência daquele processo perante o INSS.

Art. 3º - O requerimento de adesão ao PDVI tramitará em processo administrativo, a ser aberto pelo servidor interessado, até a data de 15 de novembro de 2024, com requerimento à Câmara Municipal de Nova Lima dirigido ao Departamento de Gestão de Pessoas.

Art. 4º - Os servidores cedidos a outros órgãos ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Município somente poderão aderir ao PDVI caso retornem as atividades de seu cargo público em data anterior ao instante de apresentação de seu requerimento ao Programa.

Art. 5º - O desligamento do servidor que aderir ao PDVI se dará em até 30 dias do deferimento do requerimento de adesão ao Programa, conforme a conveniência da Administração do Poder Legislativo, mediante edição de portaria de exoneração que será publicado conforme os ditames legais.

Parágrafo único – O deferimento ou indeferimento de adesão ao PDVI é ato discricionário da Administração do Poder Legislativo, no estrito interesse do serviço público.





## CÂMARA MUNICIPAL NOVA LIMA

Art. 6º - Ao servidor que aderir ao PDVI será concedido, de caráter indenizatório, o equivalente a 01 (um) vencimento por ano decorrido desde sua nomeação por concurso público, contado até a data de adesão ao programa.

Parágrafo 1º - O vencimento mensal máximo, para fins de base do cálculo indenizatório previsto no *caput*, não poderá exceder, a qualquer título, o teto previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - Além da indenização prevista no *caput*, são devidas ao servidor que aderir ao PDVI:


- a) As férias e a gratificação natalinas proporcionais a que tiver direito;
- b) Períodos de férias lícitamente acumulados, na forma do § 8º do art. da Lei nº 2.590, de 01 de agosto de 2017.

Art. 7º - O valor da indenização não sofrerá incidência de qualquer desconto de natureza ou de seguridade social, por verba indenizatória, pago até dez dias após a publicação da portaria citada no art. 6º desta resolução

Parágrafo 1º - No caso em que o servidor possuir financiamento(s) junto à instituições financeiras, por forma de convênio, com desconto vinculado na folha de pagamento, haverá retenção, pelo Poder Legislativo, de até 30% (trinta por cento) do valor da indenização para eventual pagamento.

Parágrafo 2º - O servidor que tiver desconto de pensão alimentícia em folha terá retido, pelo Poder Legislativo, para fins de depósito ao credor, o respectivo valor referente as verbas rescisórias.

Art. 8º - O servidor que aderir ao PDVI deverá permanecer em efetivo exercício até a data da publicação de sua exoneração, período em que dever adimplir todas as obrigações inerentes ao seu vínculo funcional com o Poder Legislativo, sujeitando-se, em caso de descumprimento de tais encargos, sanções disciplinares cabíveis e ao desligamento do Programa.

Art. 9º - A adesão do servidor efetivo ao PDVI, com o consequente pagamento das verbas rescisórias e da indenização previstos neste programa, 





CÂMARA MUNICIPAL  
NOVA LIMA

implicará a mais plena, geral e irrevogável quitação de todas as verbas decorrentes do vínculo jurídico estatutário, para nada mais reclamar em juízo, ou fora dele.

Parágrafo único - A adesão do servidor efetivo e o desligamento pelo PDVI implicam a renúncia do direito de postular judicialmente sua reintegração ao cargo efetivo.

Art. 10 - O PDVI não tem efeito retroativo e não se aplica aos servidores efetivos já desligados ou em processo de desligamento em curso.

Art. 11 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Legislativo Dr. Sebastião Fabiano Dias, em 22 de outubro de 2024.

**VEREADOR THIAGO FELIPE DE ALMEIDA (PRESIDENTE)**

**VEREADOR JOSELINO SANTANA DIAS (VICE-PRESIDENTE)**

**VEREADOR CLÁUDIO JOSÉ DE DEUS (SECRETÁRIO)**





## CÂMARA MUNICIPAL NOVA LIMA

### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de Resolução visa dar continuidade ao modelo de modernização da Câmara Municipal de Nova Lima, além de outras como a previsão, para o final deste ano, a realização de um concurso público para renovação do quadro de pessoal efetivo.

Nosso atual quadro funcional é composto por três "grupos" de servidores concursados, todos eles com mais de 9 anos de nomeação e vários já aposentados ou em idade que já podem se aposentar pelos critérios estabelecidos de transição pela reforma da previdência aprovada pelo congresso nacional.

A proposta desta resolução surge a partir da adoção do estatuto em 2017, em que os funcionários do Poder Legislativo deixaram de ter acesso aos depósitos de fundo de garantia por tempo de serviço, e durante as negociações do plano de cargos e salários com uma ampla comissão de funcionários, foi detectada que vários servidores, mesmo com problemas de saúde, não se aposentam (alguns foram inclusive readaptados por motivo de saúde), e outros tem exercido suas funções com muitas limitações físicas.

Assim, a adesão a um programa dessa natureza pretende oportunizar a finalização do vínculo com a devida adequação indenizatória.

